

5

A família, o trabalho e a Proteção Social

Torna-se prioritário esclarecer o significado e o lugar que a família construiu historicamente na vida dos sujeitos, especialmente do ponto de vista social, e econômico. Toma-se como marco de referência a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, tendo em vista que estas redefinem as funções sociais da família, da sociedade e do Estado. Logo, procura-se identificar as atuais formas de proteção social e suas repercussões no interior das famílias em geral, e mais particularmente aquelas que estão em situação de maior vulnerabilidade.

Historicamente na sociedade brasileira a família tem a função de proteção social. No entanto é no final dos anos 1970, nos marcos da crise econômica mundial que a família foi redescoberta como um agente privado e privilegiado de proteção social aos indivíduos.

Entretanto, o processo de proteção à família e seus membros não é um processo natural, pelo contrário, está relacionado ao contexto de cada época. A proteção social que se configurou pela intervenção do Estado por meio da criação do modelo de bem-estar visa proteger a família e seus membros inseridos no espaço urbano e no contexto de desenvolvimento industrial, não a perspectiva de contribuir com a reprodução da mão-de-obra do trabalhador e compensar as suas carências. As formas de proteção foram asseguradas por duas vias: uma em relação à participação “masculina”, do chefe da família no mercado de trabalho e sua inserção no sistema previdenciário e a outra em relação à participação, “feminina”, dos membros da unidade familiar nas tarefas de apoio aos dependentes e na reprodução de atividades domésticas não remuneradas.

Segundo Pereira (2004, p. 38) existem vários tipos de família.

[...] Essa variedade tem que ser considerada na análise da transformação dessa instituição em uma festejada fonte privada de proteção social. Isto porque a tradicional família nuclear - composta de um casal legalmente unido, com dois ou três filhos, na qual o homem assumia os encargos de provisão e a mulher, as tarefas do lar -, que ainda hoje serve de referência para os formuladores de política social, está em extinção. E um importante fator responsável pelo seu esgotamento foi a ampla participação da mulher no mercado de trabalho e na chefia da casa. Atualmente, muitos domicílios não contam se quer com a presença do homem como fonte de sustento ou de apoio moral [...].

Se historicamente a figura masculina foi chamada a ser provedora e protetora da família, o Estado e as políticas sociais exerceram um lugar complementar, pela via das políticas sociais compensatórias.

Este modelo de proteção social pouco se alterou ao longo dos anos no Brasil. A consolidação do capitalismo monopolista nos anos 1960, o esgotamento do período desenvolvimentista e a ênfase dos movimentos sociais nos anos 1980 produziram uma nova conjuntura no campo da proteção social. Esse novo cenário político marcado pela Constituição brasileira de 1988 demarcará a possibilidade de um novo tratamento à família no campo da proteção social. A aprovação da LOAS em 1993 expressa uma tentativa de ampliação da proteção. Agora a proteção não deve ser mais proporcionada pelos seus membros, mas o Estado se torna responsável em implementar políticas sociais que respondam às necessidades mínimas e indispensáveis à reprodução da vida: trabalho, lazer, segurança, moradia, educação, etc.

Não há dúvida de que a Constituição Federal de 1988 representa uma mudança no conceito de família e nas formas de proteção social, o que certamente requer um modelo de proteção social amplo, capaz de produzir alterações na vida dos sujeitos e da própria família.

Inúmeras alterações legais no que dizem respeito à família já se encontram contidas no Novo Código Civil. A família não é mais aquela que, com a qualificação de “legítima” era formada pelo casamento e constituía o eixo central do direito de família. Agora, a família abrange vários arranjos: a união formada por casamento; a união estável entre o homem e a mulher e a comunidade de genitores com seus dependentes, em que a proteção social cabe aos seus próprios membros, e quando se fizer necessário, o Estado terá a função de protegê-la socialmente.

A estrutura familiar também se altera a partir dos anos 90. As famílias passaram a ser geridas e sustentadas por mulheres, os divórcios e os casamentos tornaram-se mais complexos, o que significa que as famílias tornaram-se mais efêmeras e heterogêneas, assumindo assim, uma variedade de formas e arranjos, exigindo revolucionárias mudanças conceituais e novas formas de viabilizar a sua proteção. Em contrapartida, o Estado também foi chamado a

assumir novas funções diante da vigência da crise do capital, especialmente na direção de apoiá-lo, contribuindo assim para a manutenção do seu lucro.

Diante do contexto de crise do capital, reconfiguração do mundo do trabalho em que este se torna mais precário e competitivo e que o Estado é chamado a redirecionar as suas prioridades no sentido de apoiar o capital, como será possível a família se proteger?

5.1.

As famílias pobres e a vulnerabilidade social

Campos e Miotto (1998) consideram algumas propostas analíticas para se pensar as relações familiares. Iremos destacar dois modelos de família apresentadas pelas autoras: a família do provedor masculino e o modelo do “familismo”.

Para se discutir a família e a figura do provedor masculino as autoras levam em conta a existência de um tipo de família que possui um membro trabalhador, ou seja, o homem como provedor do grupo familiar inserido no mercado de trabalho formal, especialmente no processo produtivo. Essa corresponde a uma perspectiva clássica, adotada pela maioria dos Estados e diz respeito à instituição do benefício do Seguro Social, conforme previsto na legislação social.

O grupo familiar nesse modelo aparece com dupla face: a de uma unidade econômica com dependentes e “chefes de família” que redistribuem renda; e a de uma unidade “doadora de cuidados”, sob a responsabilidade da mulher. Assim, enquanto o “chefe de família” é responsável pelo sustento da família, a mulher é responsável pelo seu cuidado interno.

Segundo Lewis, apud Campos e Miotto (1998):

Como em todas as sociedades baseadas na união trabalho-direitos, é o primeiro que permite o acesso ao sistema de seguro social, à moradia subsidiada ou pública, ao crédito a juros mais baixos, entre outros benefícios. Dessa forma, aos filhos e à esposa é garantido acesso subordinado aos direitos sociais, enquanto mantém uma relação familiar com uma pessoa que possui o “status” de trabalhador; poder-se-ia chamá-los “direitos derivados”. Sendo, em geral, o seguro social – como benefício de “primeira classe” -, prioritariamente dirigido aos homens -, às mulheres restam os benefícios da assistência social, aqueles “de segunda classe”.

Esse modelo de política social aparece no Brasil, inicialmente na década de 30, marco do processo de industrialização, quando são estabelecidas as primeiras legislações sociais. Nesse período as políticas sociais têm o objetivo de proteger os trabalhadores no exercício de suas atividades laborais e destinam-se, especificamente, aos trabalhadores inseridos no processo de produção industrial, visando à produção e reprodução desta mão-de-obra e de suas famílias.

Esse modelo de proteção social compensatória (Sposati, 1997) sofre profundas alterações no campo jurídico-formal com a promulgação da Constituição Federal de 1988, e o estabelecimento do novo modelo de Seguridade Social, composta pelas políticas de Assistência, Previdência e Saúde. Aqui os direitos e as proteções não mais se restringiriam às famílias, mas se distribuiriam universalmente para todos os cidadãos.

Entretanto, face às mudanças e restrições impostas pelo modelo neoliberal dos anos 1990, os direitos de reprodução voltam a produzir três fenômenos fundamentais: de um lado foram restringidas as possibilidades de universalização; de outro se radicalizou a conformação dual de seguridade social entre a previdência pública e privada (para os que trabalham) e a assistência (para os não incluídos no mercado formal de trabalho); e o terceiro fenômeno com a focalização nos seguimentos mais pobres, as famílias foram responsabilizadas pelos programas de bem estar que lhes dizem respeito.

A partir daí, surge o segundo modelo de família discutido por Campos e Miotto, que é denominado por elas por “familismo”. Este modelo é utilizado no Brasil, segundo as autoras, como uma alternativa em que a política pública considera que as famílias assumam a responsabilidade principal pelo bem-estar social.

A rigor, a responsabilidade familiar referenciada na própria Constituição Federal de 1988¹, projeta-se nas principais legislações sociais posteriores: a Política Nacional do Idoso (PNI), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

¹ Para um detalhamento a respeito da responsabilidade familiar escrita na Constituição Federal de 1988, consultar: CAMPOS, M. S.; MIOTTO, R. C. T. *Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira*. In: Ser Social 12. p. 176-179. Brasília, SER Social UnB, 1998.

Dessa forma, tomando como parâmetro os diferentes lugares que a família brasileira ocupa nos sistemas de proteção social, especialmente na política de assistência social, é possível afirmar que no Brasil temos uma orientação eminentemente “familista” Campos e Miotto (1998). Na tradição “familista” a política social é construída a partir do princípio de que existem dois canais para satisfação das necessidades dos cidadãos: o mercado – via trabalho – e a família. Somente quando esses canais falham é que o Estado deve intervir, porém sempre de forma temporária e a mais pontual possível.

Nesse sentido, as políticas de proteção social no Brasil contemporâneo, terminam assumindo uma estrutura voltada a compensar as carências, de forma seletiva e com uma perspectiva assistencialista ou de ajuda, em que os serviços sociais tendem a ser utilizados como “moeda” de troca e instrumento de favor entre seus demandantes e demandados. Assim, segundo os pensadores neoliberais apenas quando as famílias se encontram em estado de pobreza absoluta, ou quando seus membros não são capazes de se autoprotegerem no âmbito do mercado ou em decorrência da própria estrutura familiar, o Estado deve intervir.

Sabemos que as condições de reprodução da vida dos indivíduos dependem, do tipo e da forma que se processa a inserção social dos membros que compõem a família, em que deve ser avaliada a capacidade que cada membro possui para proteger a si mesmo e aos demais membros, especialmente crianças, idosos e portadores de necessidades especiais. Tomamos como princípio de que é na família que se articulam as alternativas para superação das situações de precariedade social, sejam estas ocasionadas pela situação de desemprego, inserção precária no mundo do trabalho, doenças, velhice, invalidez etc.

E mais, a incapacidade física ou mental de um membro da família pode contribuir e até ampliar a situação de vulnerabilidade social da família, especialmente quando se associa inserção precária de um membro no mundo e também a política social não se apresenta eficiente e eficaz para que a família enfrente a situação de precariedade. Isso configura uma armadilha da pobreza e torna-se um círculo vicioso para essa população, na medida em que os mesmos ficam dependentes de programas e serviços assistenciais. Tomamos como princípio que a situação de precariedade pode ser temporária ou se perpetuar

por longo tempo. No caso de haver longa duração na situação de vulnerabilidade a situação de precariedade da família tende a se agravar.

Logo, a luta para prover as necessidades mínimas e indispensáveis à reprodução da vida tende a mobilizar todos os seus membros, mas ao mesmo tempo a família ainda terá que se mobilizar em torno do membro com problema, que pode ser a doença. As formas de inserção no mercado de trabalho encontradas variam, são realizadas por meio de pequenas atividades informais como, lavar carro, cuidar de estacionamento, vender pequenos artigos na condição de ambulantes, pintar paredes, fazer faxina etc. Diferentes estratégias podem ser utilizadas pelos membros da família para que estes obtenham alguma renda, já que esta não é suprida totalmente nem pela família, nem pela rede de proteção social proveniente das políticas públicas.

Campos e Miotto (1998, p.182-183) constata que:

Sob pressões da pobreza tem havido uma decadência das trocas sociais e das chamadas "redes", "capital social" sobre qual se baseia grande parte da estratégia familiar de sobrevivência. Em circunstanciada análise, arrola várias formas – diríamos "estratégias"? – usadas pelo grupo familiar nos diferentes países: aumento do tempo de trabalho dos membros adultos; incorporação das crianças ao trabalho e sua retirada da escola; apelo a atividades ilegais como fonte de renda; redução e mudanças do consumo alimentar; venda de objetos de valor do patrimônio familiar ou gastos da poupança; aumento da produção para consumo próprio; redução de vários itens de consumo, como vestuário, transporte, despesas médicas, entre outras.

É na família que as condições de desemprego, o trabalho desqualificado e as remunerações insuficientes, estruturam o cenário de precariedade da vida, adquirindo assim, materialidade e transformações, delineando o modo como às situações adversas relacionadas à pobreza se inscrevem no cotidiano familiar.

Na última década, a família tornou-se o elemento central da intervenção das políticas de assistência social. A LOAS considera como objetivo a proteção à família e a estabelece como foco de atenção da política social, especialmente a de assistência social. A política de assistência social toma como alvo e unidade de intervenção privilegiada, a família, por meio de programas sociais.

Em um contexto social marcado pelo grande aumento do desemprego, torna-se cada vez mais difícil a obtenção do trabalho assalariado e o acesso à cidadania. A família é a grande responsável por prover as necessidades dos indivíduos, principalmente, diante da ausência de mecanismos de proteção social que levem

em consideração os efeitos sociais dos problemas originados pela precarização do trabalho e concentração da riqueza para uma minoria da sociedade.

Com o quadro que se forma no interior do Estado de não desenvolver políticas sociais para enfrentar o fenômeno da pobreza e da exclusão social, este acaba sendo devolvido para a família. No entanto, quando a família pobre ainda tem que enfrentar situações como desemprego, associado à doença, as famílias acabam sendo sobrecarregadas na sua responsabilidade de reprodução social.

Para as famílias que se encontram sobrecarregadas e em situação de maior vulnerabilidade torna-se necessário à interferência do poder público, tendo por objeto central a implementação dos programas sociais que levem em consideração as novas configurações da questão social no país e suas múltiplas expressões.

Diante disso, é de suma importância o investimento em programas de renda familiar, porém é necessário que eles estejam bem articulados com os Programas Complementares como, por exemplo, o Programa de Geração de Trabalho e Renda (PGTR).

Esses programas podem se constituir em políticas sociais mais efetivas levando em consideração as novas determinações das desigualdades sociais no Brasil. Além disso, as estratégias de combate à pobreza têm que interferir nas relações de mercado, tendo em vista que é no mercado que se origina a condição de desigualdade social típica do sistema capitalista, e que acreditamos contribuir para a reprodução dos mecanismos de exclusão social.

5.2.

O Programa Bolsa Família (PBF) e seu significado para os que recebem o benefício

Nessa pesquisa identificamos quais seriam as possíveis mudanças ocorridas na realidade de vida dos beneficiários do PBF assistidas pelo CRAS IV Novo Horizonte, Cariacica (ES) e qual o significado desse benefício para a vida deles.

Como afirmamos anteriormente, até o final do mês de maio de 2007 no CRAS de Novo Horizonte, foram contabilizados 505 (quinhentos e cinco) famílias cadastradas, sendo que 77 (setenta e sete) delas recebem o Bolsa Família.

Para a realização da pesquisa acerca da relação entre o PBF e as famílias, foram selecionadas 16 (dezesesseis) grupos domésticos (20%) do número atendido no CRAS analisado.

A escolha das famílias recaiu sobre aquelas que – no período da pesquisa (outubro de 2007 a janeiro de 2008) – seriam contactadas pelos técnicos do CRAS em função de serviços sociais por elas demandadas (cestas básicas, auxílio natalidade, documentação).

Os beneficiários entrevistados foram esclarecidos sobre o objetivo da pesquisa e sobre os procedimentos éticos utilizados e assinaram o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE), concordando em participar da pesquisa, onde seria utilizado o gravador.

Evidentemente, que tanto a exigência da assinatura do TCLE como o uso do gravador, termina sendo fatores de formalização do contato entre o pesquisador e as famílias pesquisadas. Para reduzir possíveis bloqueios, foi necessário todo um trabalho de aproximação e de conquista de confiança entre a pesquisadora e os pesquisados.

A concordância generalizada em relação à participação na pesquisa, pode ter sido fruto desse trabalho realizado, ainda que admitimos que possa ter havido certo temor das famílias em relação à continuidade do recebimento do benefício. Isso porque, a perda do benefício se constitui hoje para as famílias, um de seus principais temores. Assim sendo, não houve nenhuma negação e as 16 (dezesesseis) famílias previstas responderam ao roteiro proposto.

Foi observado pelo estudo realizado junto às 16 famílias, que estas vivem em situação de extrema pobreza, sendo que 56% não possuem renda, isso somado aos 13% que vivem com menos de 1 salário mínimo e aos 31% que vivem apenas com um salário mínimo. Em relação à qualificação profissional das famílias, verificou-se a predominância do alto índice de desemprego (57%),

somados aos 25% que estão inseridos no mercado de trabalho informal, e também aos 6% que sobrevivem fazendo “bicos”.

Em relação ao roteiro utilizado para realização da pesquisa empírica, consideramos importante analisá-los a partir de 7 grandes modalidades.

1) Conhecimento da existência do programa:

Ao serem questionados sobre como ficaram sabendo da existência do PBF, podemos notar duas grandes situações. Uma primeira relacionada via parentes e vizinhos – vale dizer à comunicação que circula comunitariamente – e uma segunda situação que veio via meio de comunicação de massa, com ênfase na televisão. É importante ressaltar a ausência de informação via técnicos (escola, CRAS e seus técnicos) e dos próprios aparelhos do Estado. Os dois modos de comunicação adotados pelos usuários reafirmam as formas mais confiáveis para a população de acesso à informação contemporânea (referendada para relações pessoais/televisão).

2) Forma de inserção no programa:

Um aspecto a ser destacado em relação à forma de inserção do PBF em Cariacica é a centralização dos cadastros na SEMAST, diferente da forma de cadastramento dos outros municípios do Estado. Essa centralização traz algumas conseqüências importantes como: menor vinculação do beneficiário ao CRAS, sendo que sabemos que esses deveriam fazer o acompanhamento sistemático dos usuários conforme preconiza o SUAS; menor nível técnico dos cadastradores; redução das possibilidades de acesso ao CadÚnico por parte dos técnicos locais e conseqüentemente dificultando sua utilização como instrumento de pesquisa para realização de diagnóstico da realidade do território.

A rigor, o contato da família beneficiária do programa com o CRAS de Cariacica, fica reduzido a situações de perda ou suspensão do benefício, onde os usuários só procuram pelo CRAS para esclarecimento sobre a suspensão do benefício. Mesmo nessa situação, o CRAS não possui as informações necessárias para responder às demandas de seus usuários, uma vez que os dados estão centralizados na SEMAST. Essa centralização dos dados e a forma pela qual é

realizada a inserção dos usuários no PBF em Cariacica acabam dificultando o acompanhamento das famílias via CRAS.

3) Conhecimento e cumprimento das condicionalidades:

No que diz respeito ao conhecimento em relação ao cumprimento das condicionalidades todos responderam que tinham conhecimento. Foi, portanto, necessária uma retradução do termo técnico condicionalidades, uma vez que os entrevistados não sabiam o significado dele. Quando retraduzido, foi entendido por todos, assumindo uma dimensão de dever, ou de um conjunto de deveres que todos deveriam cumprir para que continuassem no programa.

Para a efetivação do cumprimento das condicionalidades, faz-se necessária a oferta de serviços por parte do Estado. Nesse sentido, foram observadas duas grandes situações:

Em relação à condicionalidade referente à educação, sem maiores ressalvas. Todos alegaram ter conhecimento e cumprirem com suas obrigações. Do ponto de vista da qualidade do ensino, não foi feito nenhum questionamento, assim como não houve nenhuma observação referente às freqüentes greves existentes na área da educação.

Alguns entrevistados relataram que seus filhos também têm conhecimento sobre as obrigações em relação à escola e que colaboram muito para o cumprimento delas. Também foi alegado ser de obrigação da família o acompanhamento dos filhos na escola. Ou seja, podemos observar que existe uma solidariedade da família em relação ao cumprimento da condicionalidade.

[...] meu menino mesmo não gosta de faltar no colégio. Todo dia ele tem que ir, se tiver de faltar ele reclama, então sempre eles vão, sem problema pra mim de faltar (Entrevistada 7)..

[...] igual ... eu acordo eles, eles não reclamam nada, vai e... e eles sabem que eles tem que cumprir isso.. não falta a escola ... eles sabem (Entrevistada 10).

[...] Ah, mas é obrigação da mãe mesmo fazer isso... e acompanhar como o menino tá no colégio, eu olho o caderno dele, olho a bolsa dele porque eu não gosto que ele mexa nas coisas dos outros. Olho o estojinho dele direitinho... ajudo ele no trabalho escolar...É obrigação de mãe mesmo... (Entrevistada 15).

No que se refere à saúde, a dificuldade apareceu praticamente em todas as entrevistas realizadas. As principais queixas foram: ausência de posto de saúde

no bairro, o que torna praticamente inviável o cumprimento das condicionalidades, falta de vacina, balança quebrada, ausência do profissional no posto, falta de recurso financeiro para estar se locomovendo até a unidade de saúde.

[...] é que as vezes não tenho dinheiro para levar no médico, tenho que fazer uns bico, essas coisa assim e tem o posto também que nunca tem medico pra atender nós.. a balança pra pesar ta sempre quebrada... essas coisas (Entrevistada 1).

[...] as vezes vou... mas é complicado porque está sempre com problema o posto. é vacina que não tem, balança quebrada... eles atende muito mau a gente... não gosto de ir lá... procuro outro posto em Campo Grande... mas é muito longe e precisa de dinheiro pra passagem... (Entrevistada 3).

[...] as vezes é difícil a gente vai... é longe e não tem atendimento lá... não tem ninguém pra pesa... a balança vive quebrada (Entrevistada 4).

[...] levo pra pesa...e quando tem vacina eu levo também... as vezes não tem aí ... a vacina ... aí tem que procurar outro posto né... é mais difícil... porque aí fica mais longe... (Entrevistada 7).

[...] É muito ruim né... é longe... falta balança... aí manda voltar no outro dia... aí não tem dinheiro pra passagem... as vezes não tem a vacina... e as moça pra pesar falta... sempre tem problema... (Entrevistada 12).

[...] Vou... mais é muito difícil e tem o dinheiro da passagem... e as vezes também não tem vacina... uma vez a balança tava quebrada e aí gastei passagem a toa (Entrevistada 15).

Diante das informações obtidas, foi constatado que o município de Cariacica não está estruturado para fornecer as contrapartidas exigidas pelo PBF, como é o caso da vacina que falta nos postos de saúde. Também não oferece um bom atendimento à população, uma vez que os usuários relatam não ter informações e o atendimento ser sempre demorado, enfrentando filas e sendo mal atendidas. Ou seja, os serviços e o tratamento oferecido aos beneficiários do Bolsa Família na área da saúde são desqualificados, e na maioria das vezes acaba reforçando e reafirmando a condição de subalternidade dessa população atendida.

[...] não... as vezes vou... mas é complicado porque ta sempre com problema o posto.. é vacina que não tem, balança quebrada... eles atendem muito mau a gente... não gosto de ir lá... (Entrevistada 3).

4) Valor do benefício e prioridade de utilização:

Verificamos que o valor do benefício recebido pelo PBF, varia entre R\$ 36,00 (trinta e seis reais) a R\$ 112,00 (cento e doze reais), e que para a maioria dessas famílias, esse valor não é suficiente para o seu sustento, uma vez que

necessitam de ajuda dos parentes, vizinhos e até mesmo da igreja que freqüentam, ou seja, o dinheiro do benefício é somente para suprir suas necessidades a curto prazo, isto quer dizer que as mudanças ocorrem somente no plano do imediato.

Podemos observar que o corte de renda extremamente baixo, ou seja, renda mensal *per capita* de ½ salário mínimo, é uma das formas de ruptura da lógica do direito, pois não atende à totalidade das pessoas que necessitam de assistência, negando mais uma vez o que está garantido na Constituição Federal de 1988.

Ao perguntarmos aos entrevistados, o que eles compram em primeiro lugar com a renda do Bolsa Família, todos relataram que é o alimento. Os principais mantimentos citados foram: o arroz, o feijão, o leite, a farinha e algumas vezes a carne.

[...] comida né... só da pra comida... arroz, feijão... as vezes o leite pro menor... o resto nós ganha dos vizinho... e da igreja.. (Entrevistada 8).

Compro arroz, feijão, farinha ... quando da uma carninha... mas é difícil... tem muita gente que me ajuda né.. (Entrevistada 12).

Outra questão relevante, é em relação ao vestuário. Para a maioria dos familiares entrevistados é difícil sobrar dinheiro para comprarem roupas para seus filhos, a maioria das vezes eles ganham dos parentes, vizinhos ou da igreja.

[...] roupa não porque que as roupa é... a gente ganha e o dinheiro não dá pra comprar... (Entrevistada 1).

[...] os vizinho.. da uma roupa.. um sapato as vezes ... e tem a cesta do CRAS que recebo todo mês né... mais eu não queria pedir não... tenho vergonha de pedir... mais ta bom.. Deus é que sabe né... já foi pior antes... antes de recebe esse dinheiro... agora ta bom... (Entrevistada 4).

[...] só tenho ele... esse dinheiro... a gente passa bastante dificuldade.. as vezes minha mãe me ajuda.. quando ela pode .. porque é difícil pra ela também... tem o pessoal da igreja também que ajuda nois... com roupa... sapato... o caderno... as coisa da escola.. e tem também a cesta que recebo das menina do CRAS.. elas ajudam muito a gente... (Entrevistada 8).

[...] O pessoa da igreja que eu vou... tem uma vizinha muito boa que me ajuda... da roupa pra meus menino ... caderno... e ganho coisas da igreja.. [...] cesta básica e tem também roupa pros menino que eu ganho... (Entrevistada 12).

5) Importância do recebimento do PBF e mudanças ocorridas:

Em relação à importância do recebimento do benefício, podemos dizer que existem dois elementos a serem discutidos: o primeiro diz respeito à regularidade no recebimento da renda, fator presente em muitas entrevistas, ou seja, os beneficiários podem contar com a renda todo mês. O segundo elemento seria o alívio para aqueles que estão vivendo constantemente com a incerteza. A garantia do recebimento do Bolsa Família seria um horizonte de certeza, dentro de um mundo de incertezas.

[...] você pode tá contando com aquele dinheirinho né...todo mês pra fazer alguma coisa assim é...compra alguma coisa pras meninas né, que se precisa né...que agente sempre precisa (Entrevistada 3).

[...] eu preciso muito dele né... antes os meu filho passava fome... tinha que pedi nos vizinho, na igreja... agora dá pra compra uma comidinha né... se não fosse esse dinheiro não sei o que eu ia fazer... é muito triste ver os filho da gente com fome né. Deus é muito bom que fez a gente recebe o dinheiro do bolsa... (Entrevistada 5).

[...] Ah, é bom porque pelo menos cento e doze ajuda muito... antes faltava comida... a gente sentia fome e não tinha nada pra come... agora não... tem sempre uma coisinha pra come... né... a gente passava muita necessidade ... faltava comida.. leite pros meninos... a gente sentia muita fome... é também ...é...incentiva as crianças a irem estudar mais...e melhorou bastante. [...] o negócio é esse mesmo né que...é...eu acho que tá bom de mais... esse programa ajuda muito nós né... se não fosse ele eu tava passando fome com meus meninos... graças a Deus que tem ele né... (Entrevistada 10).

Foi constatado também, que mesmo o valor monetário sendo extremamente baixo, a certeza do recebimento funcionava como garantia de pagamento ao comércio local, isso significa que o cartão do Bolsa Família funciona como uma espécie de “moeda de troca” ou “fiança” antecipada com garantia de um pagamento posterior.

[...] bom dá pra fazer compra, compra... igual eu comprei uma sandalhinha pra ele que ele pediu aí tá pagando aos pouquinhos todo mês lá na loja (Entrevistada 4).

Na verdade a compra anterior ao pagamento, ou seja, “fiado” é uma prática comum no meio popular. Essa prática vinha sendo corroída pelo aumento da pobreza e pela inadimplência (ou não pagamento) das famílias frente ao comércio. O PBF reintroduz o elemento de confiabilidade, no sentido de que os comerciantes têm certa garantia da possibilidade de recebimento. Se por um lado existe um aumento de credibilidade, por outro lado, esse é limitado em relação ao valor do benefício, que é extremamente baixo, quando não irrisório.

Para grande parte dos entrevistados, a expectativa ao saber da inclusão no benefício permite uma projeção de futuro, e que com essa renda sua vida irá melhorar. Verifica-se entre os familiares a grande importância para suas vidas no que diz respeito às mudanças ocorridas no padrão de vida. Podemos constatar que apesar do benefício se constituir em um valor irrisório, para aqueles familiares que nada possuem, o PBF constitui-se de uma renda certa porém insuficiente, mas que sem a qual não sobreviveriam. Configura-se em um direito de provisão mínima, de sobrevivência, pois permite o acesso apenas aos mínimos vitais, principalmente às necessidades mínimas de alimentação.

[...] Ah... mudou... pelo menos agora a gente não passa fome, vive difícil... mas fome não, tem sempre um arroz, um feijão para gente comer... mas é muito difícil... (Entrevistada 1).

[...] É... mudou muito... porque ajuda bastante né? Porque eu compro material das meninas. Pago as compras que eu faço... a comida né... na verdade as minhas conta...to vivendo da...mais da Bolsa... antes faltava comida... agora posso comprar a comida ... que não falta né... (Entrevistada 14).

Acho que mudou tudo... porque antes com o dinheiro da pensão não dava não... faltava comida, leite pros menino... roupa... material de escola... agora gasto o dinheiro só com os meninos... comida pra eles (Entrevistada 16).

Fica bastante evidente que esses direitos são marcantes para essas famílias, seja por meio do valor transferido a eles, mesmo que insignificante, ou seja pela possibilidade, pela esperança de um futuro melhor para seus filhos.

6) Deus e o trabalho como horizonte de referência:

Outro aspecto importante analisado nas entrevistas, aponta para dois grandes elementos: o primeiro diz respeito à origem do recebimento, ou seja, pelo merecimento ou pela Benção de Deus.

[...] Deus colocou esse dinheiro na minha mão... se não fosse o dinheiro tava passando fome com meus filho... Deus é muito bom.. porque eu não trabalho né.. então esse dinheiro que recebo é uma benção de Deus... (Entrevistada 8).

[...] esse dinheiro é uma benção de Deus... eu receber ele sabe?... porque não sei como ia ser se não fosse ele... tava passando fome eu e meus meninos sabe? então falei pro pastor da igreja que Deus é muito bom pra mim... ele me deu essa benção... entende? É muito bom mesmo... (12.)

Conforme constatamos nas entrevistas em relação às formas de acesso ao Bolsa Família, estes não se dão no campo do direito e sim no sentido caritativo e de benemerência das políticas públicas do Brasil. Os familiares entrevistados

vêm à questão do benefício como um merecimento, algo vindo de Deus, conforme as citações acima.

O segundo elemento a ser discutido, diz respeito ao trabalho como perspectiva de vida. Pode-se notar que alguns entrevistados ainda desejam recuperar a condição de trabalhador e almejam se inserir no mercado de trabalho, mesmo percebendo suas limitações.

[...] é pouco o dinheiro... é melhor que nada... mas é muito difícil... se fosse um trabalho aí sim dava pra viver melhor... mas eu não consigo emprego... não sei ler direito... aí é difícil.. as vezes consigo uns bico mas as vezes não (Entrevistada 1).

[...] o problema é o trabalho... o tal do bico. E...eu que de vez em quando, que aparece alguma coisa que eu faço, meu marido é mais difícil... ele ta sempre sem nada... se tivesse o trabalho aí não precisava da bolsa.. né (Entrevistada 3).

[...] mas o que eu queria era um emprego para mim e pra meu marido.... porque o dinheiro do bolsa é muito pouquinho... falta pra completar a comida... fazê o que ... é a vida que Deus deu pra gente (Entrevistada 3).

Outro aspecto importante observado é que para alguns familiares, o recebimento do benefício é algo vergonhoso e que se estivessem inseridos no mercado de trabalho, eles não precisariam de receber ajuda do benefício.

[...] eu queria mesmo que meu marido trabalhasse...igual como era antes... aí não precisa da ajuda desse dinheiro... porque as vezes eu tenho vergonha né... de receber dinheiro... de pedir ajuda pros parente né... porque o dinheiro não dá.. falta pra comida...pras roupa... pra tudo... tem que fica pedindo sempre... nunca dá... eu tenho muita vergonha disso.... (Entrevistada 11).

Para a autora Pereira (1996), a noção de pobreza que prevalece no país é a de pobreza absoluta que sugere ações mecânicas e pontuais. Os programas sociais existentes não têm por finalidade redistribuir renda ou riqueza, mas contornar carências crônicas. O benefício tem que ser insuficiente para não ferir a ética capitalista do trabalho, não devendo desencorajar o assistido a encontrar outros meios de sustento por esforço próprio. Assim o acesso ao benefício tem que ser custoso e estigmatizante a fim de tornar o seu ganho um incômodo vergonhoso, do qual a pessoa gostaria de se livrar.

6) Cartão Bolsa Família: sua utilização e possibilidades de avanços

Um último aspecto analisado nas entrevistas foi em relação ao cartão Bolsa Família. Podemos destacar também duas grandes situações: a primeira situação diz respeito ao acesso ao cartão. Ao serem questionados sobre aonde recebem

o benefício todos relataram que recebem na lotérica, pois essa é a forma mais fácil de retirarem seu dinheiro. No caso do caixa eletrônico eles têm dificuldades de usarem o cartão, no que se refere tanto a utilização da máquina como na memorização da senha. Já na lotérica tem o funcionário que passa o cartão para eles tornando a retirada do benefício mais fácil.

[...] sempre eu recebo na casa lotérica porque se eu for na caixa eletrônica eu não consigo passar ele ... na lotérica a menina já me conhece né... (Entrevistada 13).

A segunda situação a ser refletida, seriam as possibilidades de avanços que o cartão trouxe para a política de transferência de renda. Os principais avanços com relação ao uso do cartão referem-se ao direito que os usuários têm de realizarem a retirada do benefício e ainda, aplicarem o recurso com autonomia. Mencionar essa situação é importante na medida em que, essa forma de retirada e uso do recurso pelos usuários não era possível nas políticas assistenciais brasileiras. Sobre esse aspecto podemos destacar que no governo Fernando Henrique Cardoso, na operacionalização do Programa Bolsa Escola, os beneficiários deveriam aplicar a renda nos itens listados pelo governo. Este fato corrobora para o nosso argumento de que o uso do cartão no Programa Bolsa Família representa um avanço em termos de autonomia para o beneficiário, embora exista um longo percurso até a realização de um programa de transferência de renda de qualidade.

Portanto, cabe ainda destacarmos que as políticas sociais no município de Cariacica se dão de forma pontual, fragmentada, isolada e seletiva, trazendo dificuldades aos beneficiários no acesso a política, principalmente no acesso as informações de qualidade. Indicamos que se faz necessária uma maior articulação com as demais políticas sociais, principalmente em relação à saúde e à educação, no sentido de tornar eficiente a universalização dessas políticas, com o intuito de superação da exclusão social.